

**IMPACTO DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE A TAXA DE
CRESCIMENTO ECONÔMICO: ANÁLISE ENTRE GRUPOS DE PAÍSES MEMBROS DA
CEPAL E DA OCDE**

LÍCIA LAURA CRAVEIRO DE SOUZA QUEIROZ
FUCAPE BUSINESS SCHOOL

NEWTON PAULO BUENO

IMPACTO DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE A TAXA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: ANÁLISE ENTRE GRUPOS DE PAÍSES MEMBROS DA CEPAL E DA OCDE

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apontar o impacto do envelhecimento da população sobre a taxa de crescimento econômico. O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial (Tafner & Giambiagi, 2010, Giambiagi, 2017). Segundo Nagarajan, Teixeira e Silva (2016) há muitos fatores, teóricos e empíricos, que contribuem para esse fenômeno, mas a literatura ainda carece de informações que permitam entender perfeitamente como isso afeta o crescimento econômico das nações. Atribui-se o envelhecimento dos indivíduos a dois fatores fundamentais: novas técnicas à disposição das pessoas para o trato da saúde e diminuição das taxas de fertilidade, que têm sido observadas em países desenvolvidos, desde a década de 1970, e, mais recentemente, também, nos países em desenvolvimento. A questão é preocupante, pois, uma vez que o país tem uma população idosa maior que a economicamente ativa, há uma tendência a ter diminuição da produtividade, menores condições de formar poupança e maiores gastos sociais realizados pelo governo, com impacto direto no crescimento econômico do país (Nagarajan *et al.*, 2016).

Segundo Camarano (2013), o envelhecimento populacional pode exercer efeito negativo no crescimento econômico, tanto por reduzir a capacidade produtiva do país, pela diminuição de sua população economicamente ativa, como pelo aumento dos gastos governamentais em saúde pública direcionados para esta população. Ainda de acordo com Camarano (2014), apenas uma baixa na taxa de fecundidade, por si só, não faz o país ter sua população mais envelhecida, mas, se associada a essa taxa, um decréscimo na taxa de mortalidade e o incremento na expectativa de vida dos indivíduos das nações, têm grande importância.

No caso brasileiro, há décadas que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2014) tem apontado o envelhecimento rápido e acentuado da população. Espera-se que em 2050 haverá mais de três vezes o número de idosos, em termos absolutos, do que atualmente, como consequência do ritmo de crescimento dessa parte da população (IBGE, 2014). De modo geral existem mais dados disponíveis para identificar a relação entre envelhecimento populacional e crescimento econômico nos países pertencentes à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico [OCDE]. No entanto, em relação aos países pertencentes à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL], países em desenvolvimento, ainda não há estudos robustos sobre o fenômeno (Nagarajan *et al.*, 2016).

De acordo com Tafner e Giambiagi (2010), é fundamental que a preocupação com a questão demográfica seja observada, assim poderão ocorrer condições apropriadas para o gasto público e os países em desenvolvimento terão mais chances de investir nas necessidades da sociedade, como saúde, educação, segurança e saneamento, e, dessa forma, incentivar o crescimento futuro com equilíbrio das suas finanças públicas. Há uma crescente preocupação em muitos países, especialmente o Brasil, sobre o impacto das despesas primárias nas contas públicas, em especial a previdenciária, pois o pagamento dos benefícios ainda se relacionam diretamente com a questão etária e o consequente envelhecimento dos indivíduos. Como as pessoas vivem mais, cada vez é maior o contingente de beneficiários, o que tem se tornado problema para as economias dos países, pois muitos não possuem o correspondente aumento do PIB real capaz de suportar o acréscimo na despesa pública (Tafner e Giambiagi, 2010).

Segundo Moedas (2014), a despesa pública é uma variável macroeconômica que agrega todos os gastos dos governos dos países em espaço de tempo específico. Ainda de acordo com o autor, em Portugal, a despesa pública cresceu significativamente nas últimas décadas. O autor cita também, um estudo do Banco de Portugal, de 1995 a 2012, que registou forte aumento da despesa pública do país em relação ao PIB da zona do Euro. O acréscimo desse gasto, em

contraponto ao ritmo de crescimento do PIB, ocasionou acentuado nível de endividamento e fez com que o país recorresse ao Programa de Assistência Econômico-Financeira [PAEF] à União Europeia [UE] e ao Fundo Monetário Internacional [FMI] para obter auxílio.

O Brasil, apesar de ser um país pertencente ao bloco CEPAL e relativamente jovem, apresenta características de gasto público de país desenvolvido e conta com precoce envelhecimento populacional. Esta situação não é confortável para o país, que ainda se encontra em desenvolvimento, com necessidade de aumento do PIB e diminuição da despesa pública, a fim de equilibrar o orçamento público do país, pois o déficit da previdência é o principal item da despesa primária no orçamento federal (Tafner, 2017). Tafner (2017) afirma que no país tem-se observado aumento no número de indivíduos com mais de 60 anos, diminuição da força de trabalho e a não reposição dessa parcela correspondente. Além do crescente envelhecimento populacional no Brasil, o país necessita resolver a questão das aposentadorias e pensões dos indivíduos com menos de 60 anos, que têm aumentado de maneira relevante as despesas do Instituto Nacional do Seguro Social [INSS], de acordo com Tafner (2017):

“Como resultado disso, nos próximos anos – o que inclui o próximo período de governo a se iniciar em 2019 – o país continuará convivendo com dois fenômenos: a) um crescimento importante das despesas do INSS; e b) aposentadorias precoces, na faixa de 50 a 55 anos, ainda bastante expressivas” (Tafner, 2017, p.59).

Observa-se na Tabela 1 as dificuldades fiscais para o governo brasileiro que ainda se perpetuarão pelos próximos anos. Com o crescimento negativo do PIB ou incipiente frente aos gastos públicos, o envelhecimento populacional e a generosidade da concessão precoce de benefícios previdenciários, faz-se necessário que o país planeje uma política restritiva de gastos públicos, a fim de diminuir o déficit previdenciário e consiga o equilíbrio do orçamento público.

TABELA 1 - CRESCIMENTO REAL DO GASTO PRIMÁRIO FEDERAL, EXCETO TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (% a.a.)

Componente	1994/2015	2016	2017/*
Pessoal	1,5	-0,6	5,2
INSS + LOAS/RMV	5,2	6,9	5,4
Outros (exceto LOAS/RMV)	5,8	-11,1	-3,9
Total	4,3	-1,5	2,1
PIB	2,7	-3,5*	0,5

* Estimativa dos autores

Fonte: Tafner (2017, p. 59)

No Brasil, apesar do efeito ainda não ser significativo, a problemática se manifesta nas contas públicas. Assim, a pesquisa mostra-se relevante tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, uma vez que o impacto do envelhecimento pode ocasionar desequilíbrio nas finanças administradas pelos governos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fatores e Tendências ao Envelhecimento Populacional no Mundo

O envelhecimento populacional em andamento nos países desenvolvidos poderá trazer amplas implicações econômicas (Bloom *et al.*, 2010 como citado em Berk & Weil, 2015). Por outro lado, o século XX foi marcado em grande parte por uma presente ampliação nos padrões de vida em boa parte do mundo, pois tem acompanhado as mudanças da população mundial (Fernald & Jones, 2014).

De acordo com o modelo estudado por Jones (2002), as modificações no ritmo de crescimento populacional no mundo implicarão adiante no crescimento *per capita* de longo prazo, pois, cada vez que se amplia o número de indivíduos, cresce também o número de pesquisadores, e, por conseguinte, amplia-se o estoque de ideias. Assim, Jones (2002) indica

que o modelo de Robert-Solow reforça a ideia de que o crescimento econômico dos países tem como premissas básicas a acumulação de capital, o aumento da força de trabalho e as mudanças tecnológicas. Este modelo preocupa-se em demonstrar o produto *per capita* como resultado de uma função crescente entre capital e trabalho, com uma quantidade de poupança *per capita* necessária para equipar novos trabalhadores, chamada expansão do capital.

Segundo Solow (1956) o ponto de equilíbrio do modelo ocorre quando a poupança *per capita* é igual ao aumento do capital. Dessa forma não será mais produtivo investir no trabalhador, pois não se poderá maximizar mais a sua produtividade. Então, o limitador do crescimento econômico no longo prazo é a taxa de crescimento da força de trabalho. Assim, Jones (2002) menciona que a economia norte-americana ainda não possui sinais de estabilidade, pois o nível educacional e a magnitude da pesquisa das últimas décadas têm sugerido que há espaço para o crescimento.

A questão demográfica há anos tem sido estudada como elemento fundamental no desenvolvimento de uma nação. Na década de 1860 a expectativa de vida ao nascer em Estocolmo era de apenas 28 anos e de 45 anos para toda a Suécia (Davis, 1973 como citado em Giambiagi, 2017). Atualmente, sabe-se que os países escandinavos são os que detêm uma das maiores expectativas de vida no mundo e o panorama demográfico mudou sensivelmente desde então. Observa-se que o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, gradativo e tem sido notado em várias nações do planeta, tanto as desenvolvidas, como as em desenvolvimento (Giambiagi, 2017). Essa tendência à longevidade advém de dois efeitos simultâneos: os avanços com as técnicas que prolongam a saúde e o bem-estar do indivíduo na chamada terceira idade e a mudança de paradigma no comportamento e entendimento das mulheres sobre maternidade, número de filhos e participação no mercado de trabalho (Nagarajan *et al.*, 2016, Giambiagi, 2017).

Segundo Maestas, Mullen e Powell (2016), o envelhecimento populacional tem sido largamente aceito como um fator prejudicial ao crescimento econômico, embora ainda não haja evidência empírica conclusiva sobre a dimensão dos seus efeitos nas populações dos países, principalmente nos em desenvolvimento.

Barro (1996) afirma que a taxa de crescimento de uma economia pode aumentar por maiores escolaridade e expectativa de vida ao nascer, diminuição da fecundidade e dos gastos governamentais, manutenção com melhorias do estado democrático de direito e inflação controlada. Segundo o autor, esses fatores em conjunto permitem melhora no padrão de vida da população, e que, para determinados valores dessas variáveis, o crescimento poderá ser negativo de acordo com o nível inicial do PIB real *per capita*. Ainda que o crescimento seja estimulado pelos fatores acima mencionados, Barro (1996) crê que em nações que viveram ditaduras extremas e ainda experimentam baixo nível de crescimento, a expansão dos direitos políticos num primeiro momento propicia aumento do crescimento. No entanto, quando a democracia é alcançada, esse aumento dos direitos pode reduzir o crescimento econômico, em vista da crescente preocupação com programas sociais e redistribuição de renda que acompanham as nações redemocratizadas. Adicionalmente, manutenção dos investimentos em infraestrutura, gastos em pesquisa e desenvolvimento, qualidade da educação e expansão da fronteira tecnológica serão fatores preponderantes na distribuição de renda e riqueza entre a população.

De acordo com Bloom e Finlay (2009), o desempenho do crescimento no Leste Asiático de 1965 a 1990 ocorreu por diversos fatores tais como abertura comercial, elevadas taxas de poupança, acumulação do capital humano e alterações na política macroeconômica. Contudo, segundo os autores, esses fatores só foram em parte responsáveis pela performance do crescimento da época. A questão demográfica, que ainda não havia sido estudada pelos países, era um fator ausente no entendimento do crescimento da região. A partir de 1990, reformas econômicas importantes ocorreram no Leste da Ásia em resposta às crises financeiras.

Para Bloom e Finlay (2009), os países asiáticos atuaram em políticas para compensar possíveis efeitos negativos do envelhecimento das populações no futuro adiante. Neste contexto, mudanças comportamentais ocorreram a partir da ampliação da participação feminina na força de trabalho, possibilitada com o recuo da taxa de fertilidade (Bloom *et al.*, 2007, como citado em Bloom & Finlay, 2009). A poupança se elevou com o aumento da expectativa de vida (Lee *et al.*, 2000, Flor *et al.*, 2007, como citado em Bloom & Finlay, 2009), o que permitiu a acumulação de capital físico e humano e o avanço tecnológico (Bloom & Finlay, 2009). Ainda segundo o estudo de Bloom e Finlay (2009), no leste asiático, detectou-se aumento da expectativa de vida de modo constante. Com isso, os pesquisadores acreditam que aumentar o limite de idade e diminuir os estímulos para se aposentar (Bloom *et al.*, 2007a, como citado em Bloom & Finlay, 2009) pode aumentar a participação dos indivíduos com mais de 65 anos na população economicamente ativa. Também poderá haver um incremento da força de trabalho, se os governos dos países diminuïrem as exigências das políticas de imigração, o que será inovador na região.

Na pesquisa de Maestas *et al.* (2016) foi analisado o período de 1980 – 2010 para medir o impacto do envelhecimento da população sobre a produção *per capita* dos EUA. Percebeu-se que aumentos de 10% na população maior que 60 anos trouxeram um decréscimo na taxa de crescimento do PIB *per capita* em 5,5%. Ainda segundo Maestas *et al.* (2016), a mudança expressiva na pirâmide etária norte-americana salienta a potencialidade de impactar o comportamento da economia como um todo, assim como a sustentabilidade dos programas de governo, que terá como resultante declínio no consumo das famílias, empresas e governo. Os autores (Maestas *et al.*, 2016) observam que, não obstante os efeitos potenciais macroeconômicos e fiscais do envelhecimento populacional serem percebidos vastamente e de muitas previsões terem sido feitas sobre o desempenho econômico, há poucos estudos empíricos das consequências observadas do envelhecimento no crescimento econômico.

Essa lacuna no conhecimento tem sido salientada por diversos autores (Nagarajan *et al.*, 2016, Maestas *et al.*, 2016), e, embora os países tenham instrumentos para prever as mudanças demográficas que vêm ocorrendo no mundo, não é de todo possível antever e pré-determinar os ajustamentos econômicos imprescindíveis para as famílias, as empresas e os governos.

Segundo Maestas *et al.* (2016) torna-se difícil prever os rumos do desenvolvimento da economia sem fazer conjecturas e adequações que podem diminuir ou agigantar as implicações de alterações previstas na demografia, como também é complexo aferir como deveria ser a interferência política do governo para minimizar os efeitos macroeconômicos e fiscais do envelhecimento dos indivíduos na sociedade. Ainda de acordo com Maestas *et al.* (2016), sua pesquisa procurou responder se o envelhecimento dos indivíduos pode influenciar os padrões de consumo de determinada sociedade, pois perceberam que na década de 1980 as mudanças na estrutura etária da população norte-americana deviam-se muito mais às alterações nas taxas de fertilidade e mortalidade, do que propriamente ao comportamento da população.

O estudo de Maestas *et al.* (2016) estimou que para as décadas de 2020 e de 2030 o crescimento econômico irá desacelerar em torno de 0,68% e 1,28%, respectivamente. No entanto, do ano de 2030 até 2050, a população idosa crescerá apenas 2%, em contraponto ao estudo do *National Research Council* (2012) que prevê uma diminuição do crescimento do PIB *per capita* da ordem de 0,33 a 0,55% em relação à previsão do crescimento com uma taxa de longo prazo do PIB *per capita* de 1,88%. A diferença entre posições é o que *National Research Council* acredita que o envelhecimento populacional influenciará o crescimento da força de trabalho da população e não a sua produtividade. Para os autores, há semelhança entre posições, pois acreditam que o impacto do envelhecimento populacional sobre o crescimento da população economicamente ativa mantém relação com as estimativas dos efeitos no envelhecimento dos indivíduos (Maestas *et al.*, 2016).

Por fim, em que pesem as estimativas feitas por Maestas *et al.* (2016), os autores

entenderam que ainda não há estudos suficientes para prever efeitos maiores do envelhecimento da população norte-americana sobre a renda *per capita* e o crescimento econômico para as próximas décadas, sem se levar em consideração a produtividade, as melhorias no capital humano e as formas pelas quais a força de trabalho mais velha pode afetar a produtividade da força de trabalho dos mais jovens. Segundo os autores citados, essas questões necessitam de aprofundamento e devem ser considerados como parte da política tributária federal nos EUA para enfrentar a magnitude das mudanças que têm ocorrido na estrutura etária do país.

2.2 Efeitos do Envelhecimento Populacional no Brasil

O IBGE (2014) confirma que o envelhecimento é um fenômeno mundial, notadamente em países desenvolvidos, cuja transição demográfica foi completada, e vem ocorrendo nos países em desenvolvimento. O Brasil está em finalização de seu processo de bônus demográfico, o que de acordo com previsões da Organização Mundial de Saúde [OMS] (2015), ocorrerá por volta do ano de 2025. O chamado bônus demográfico é uma situação no crescimento populacional de uma determinada região associada às suas taxas demográficas. Traduz-se pela relação entre as taxas de natalidade e de mortalidade e a expectativa de vida. Ao diminuir a taxa de mortalidade, a expectativa de vida elevou-se e trouxe o aumento no índice da população em idade ativa para trabalhar, indicativo de melhoria na qualidade de vida. Assim, ocorreu a transição demográfica: alteração da estrutura etária da população com a ampliação da faixa jovem adulta, dos 15 aos 64 anos, em relação aos inativos (Alves, 2016).

Estudo realizado por Costanzi e Ansiliero (2017) evidenciou que, após o ano de 2060, o Brasil terá mais de dez milhões de pessoas em sua população maior que 55 anos de idade. Assim, isto poderá impactar a despesa previdenciária em cerca de 19,3% do PIB e aumentar os efeitos negativos no resultado da Previdência nos médio e longo prazos.

Pesquisas sobre o envelhecimento da pirâmide etária brasileira (Giambiagi & Tafner, 2010) demonstraram que a diminuição da proporção da população economicamente ativa em relação à PEA se concretiza década a década. A OMS projeta que até o ano de 2025, o Brasil figurará no *ranking* mundial de indivíduos idosos em sexto lugar (ONU, 2015). Apesar de relativamente jovem, o país envelhece rápido, conforme projeções das Organizações das Nações Unidas [ONU] (2014) e do IBGE (2014).

Camarano (2014), em sua coletânea sobre a questão demográfica, discute exaustivamente vários aspectos do aumento da população idosa no Brasil, que passa necessariamente pela tendência ao envelhecimento precoce da população e impacta o desenvolvimento no país. A autora observa que o envelhecimento da população tem crescido de um lado, e, de outro, tem diminuído a população economicamente ativa, com redução da capacidade produtiva do país.

Observa-se que a população em vários países tem tido aumento nas idades média e mediana. Segundo Giambiagi (2017), as idades medianas do Brasil e do Uruguai em 2010 se assemelham à dos Estados Unidos em 1980. Isso quer dizer que em 30 anos, o Brasil a partir de 2010, pode ter a mesma proporção de idosos que os EUA.

Como resultado desse fenômeno, no Brasil tem-se aumentado o gasto público com essa população, o que entrava o desenvolvimento de políticas públicas, por não haver espaço suficiente para o investimento público. A distância entre as taxas de crescimento da população acima de 60 anos e a população em idade de laborar se amplia cada vez mais, o que ilustra uma forte tendência ao envelhecimento populacional no Brasil (Tafner, 2017).

Segundo Tafner, Botelho e Erbisti (2015), o tema é de amplo conhecimento dos governos brasileiros, mas nada é feito para ajustar às contas públicas em resposta às importantes mudanças demográficas que têm ocorrido. Há problemas no mercado de trabalho, por conta de investimentos incipientes na economia, a qual não cresce em patamares suficientes capazes de suportar a pressão na dívida pública.

De acordo com Costanzi e Ansiliero (2017) o processo de envelhecimento populacional poderá pressionar as despesas da Previdência Social. Há necessidade de se pensar em soluções para corrigir essa questão e que permitam haver maior permanência das pessoas no mercado de trabalho antes de passarem à condição de aposentados, com usufruto dos benefícios de aposentadoria e pensão (Tafner, 2017).

Tafner (2017) aponta que como a taxa de crescimento da população brasileira maior que 60 anos cresce perto de 4% ao ano, é admissível, por *proxy*, supor que haverá considerável dilatação do número de aposentados. Assim, a despesa previdenciária tem sido pressionada pelos seguintes fatores: a quantidade de beneficiários e seu valor relativo, e a legislação brasileira, que ainda permite acesso cedo à concessão dos benefícios.

Dois fatores são preponderantes no envelhecimento brasileiro: as ações de saúde e a prevenção de doenças praticadas pelos governos ao longo de décadas. Com isso, ampliou-se na população a expectativa de vida (Oliveira, Veras & Cordeiro, 2017). Neste caso, o acesso à saúde por meio dos planos de saúde e novas tecnologias, tem sido a alternativa para essa parcela dos indivíduos. Diante desses fatos a preocupação com o gasto público, como por exemplo, com a saúde, é relevante tanto para o governo como para a população. Para Marinho, Cardoso e Almeida (2014) existe uma associação positiva entre o consumo por saúde, os idosos e a expectativa de vida ao nascer. E essa relação necessita ser repensada no Brasil por dois fenômenos: crescimento relevante das despesas do INSS e as aposentadorias precoces, em faixas de 50 a 55 anos, que ainda poderão ser muito vistas no país (Tafner, 2017).

3 METODOLOGIA

3.1 Modelo e Variáveis de Interesse

A pesquisa, quanto aos fins, revestiu-se como explicativa, pois teve como objetivo principal apontar o impacto do envelhecimento populacional no crescimento econômico dos dois grupos de países estudados, com vistas a esclarecer quais os fatores contribuíram para a ocorrência do fenômeno, e, quanto aos meios, com dados em painel, pela análise da variável independente com observação do efeito na variável dependente (Vergara, 2000). Assim, baseada na recomendação da literatura estudou-se o efeito do envelhecimento populacional e seu impacto negativo no crescimento do Produto Interno Bruto real (Nagarajan *et al.*, 2016). Esta é a variável dependente no modelo. A principal variável independente será a proporção de pessoas com mais de 65 anos, envelhecimento populacional. A amostra de dados foi composta por 53 países: 19 pertencentes à CEPAL e 34 à OCDE. O período estudado foi de 2002 a 2014; e os dados foram coletados nos sítios da OCDE e da CEPAL (<http://data.oecd.org> e <https://www.cepal.org>, respectivamente). O Brasil integra o bloco de países CEPAL. Primeiramente foi testada a variável envelhecimento populacional (*popid*), sem considerar a qual bloco o país pertencia, CEPAL ou OCDE - Hipótese 1.

A fim de se aprimorar os testes foram acrescentadas variáveis binárias (*dummies*). Na hipótese de *popid* influenciar negativamente o crescimento nos países da OCDE foi feito o teste com 1 para OCDE, 0 para CEPAL. Na hipótese dos países da CEPAL terem seu crescimento influenciado negativamente por *popid* foi testado 1 para CEPAL, 0 para OCDE. Em todos os testes, o objetivo foi identificar a relação entre crescimento econômico e envelhecimento da população. Para testar H1 estimou-se o Modelo 1: $\text{cresc} = \beta_0 + \beta_1 \text{popid} + \text{Controles} + \varepsilon$ (1). Nesse modelo acredita-se que β_1 (envelhecimento populacional) influencie o crescimento econômico negativamente em todos os países do painel (OCDE + CEPAL). Na hipótese 1, o modelo poderá confirmar ou não o impacto do envelhecimento populacional no crescimento econômico como indicado em estudos anteriores.

Além das variáveis de controle, num segundo momento acrescentou-se variáveis binárias (*dummies*), para testar a relação entre crescimento e envelhecimento e confirmar ou não as hipóteses 2a e 2b, a saber:

Modelo 2a: $cresc = \beta_0 + \beta_1 \text{popid_ocde} + \text{Controles} + \varepsilon$ (2)

Modelo 2b: $cresc = \beta_0 + \beta_1 \text{popid_cepal} + \text{Controles} + \varepsilon$ (3)

Na hipótese 2a, o modelo confirma o impacto negativo do envelhecimento populacional no crescimento econômico nos países da OCDE, como diagnosticado por trabalhos precedentes. Na hipótese 2b, o modelo confirmaria a influência negativa no crescimento econômico também nos países pertencentes à CEPAL. Salienta-se que o Brasil pertence ao bloco CEPAL no modelo estudado, a despeito de possuir gasto público em relação ao crescimento do PIB compatível com países desenvolvidos.

Os modelos foram rodados em painel com efeitos fixos como recomendado pela literatura (Mankiw, 2009), uma vez que os dados se referem à população total e não a uma amostra de países. Foram utilizadas como variáveis controle: falta de segurança, excessiva burocracia e nível de escolaridade. Elaborou-se os painéis A, B e C com os modelos de regressão de efeitos fixos:

Painel A – Variável explicativa *popid* + controles

Painel B – Variável explicativa *popid_ocde* + controles

Painel C – Variável explicativa *popid_cepal* + controles

Segundo Berk e Weil (2015) há um efeito *vintage* do envelhecimento sobre as populações. Significa que à medida que os trabalhadores envelhecem, a tecnologia acompanha esse declínio, pois a educação desse capital humano ocorreu no passado e espelha o envelhecimento de determinada sociedade.

Berk e Weil (2015) expõem um segundo efeito do envelhecimento que está atrelado ao conhecimento dos professores que o transmitem. Segundo o autor, esses preceptores imprimem informação menos atual, o que pode significar atraso tecnológico da força de trabalho. Haveria necessidade de atualização tecnológica contínua por parte dos trabalhadores em geral, em especial dos professores, primeiros transmissores do conhecimento e responsáveis por manter a tecnologia de ponta.

3.2 Variáveis de Controle

No modelo também foram inseridas variáveis de controle. De acordo com Barro (1996), essas variáveis podem estar associadas ou não, à variável explicada. Jones (2002) sugere que o crescimento econômico pode ser controlado pelo nível de desenvolvimento tecnológico do país à medida que se aumente o percentual de trabalhadores, cientistas e engenheiros envolvidos em pesquisa e desenvolvimento. Isso provocaria na contabilidade do crescimento uma elevação do estoque de ideias, favorável ao contínuo desenvolvimento da economia. Dessa forma, o ânimo da pesquisa mundial seria o motivador para a melhora da performance econômica de cada nação.

Assim, nesta parte serão descritas as variáveis de controle que agregaram ao modelo informação necessária ao estudo do impacto do envelhecimento no crescimento do PIB real dos países. Para limitar a influência dos outliers no modelo, foi testado seu alcance na modelagem, e assim, variáveis foram winsorizadas.

A segurança pública (falta de segurança pública), teve seus dados extraídos dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial [WDI] (2016), como a quantidade de homicídios intencionais a cada 100.000 (cem mil) habitantes de determinada região. Segundo a referida instituição, os homicídios intencionais são aqueles que advêm como resultante de violências domésticas, interpessoais, conflitos por recursos da terra, gangues e grupos armados.

A variável gini é o coeficiente de Gini encontrado por meio de dados do WDI (2016) a fim de mensurar o grau de concentração de renda entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia. Quando o coeficiente de Gini está igual a 0 (zero) há a igualdade perfeita, pois assim, as pessoas ou grupos daquela região têm renda similar, enquanto que o índice igual a 100 (cem) demonstra total desigualdade, a riqueza concentrada nas mãos de um único indivíduo

(Samuelson & Nordhaus, 2005)

A variável escolaridade da força de trabalho, definida pelo WDI (2016), é a porcentagem da população que completou como o mais alto nível de educação apenas o ensino primário. No modelo, observou-se que a população dos países OCDE está com o nível de escolaridade muito além do ensino fundamental, com porcentagens muito pequenas da população com apenas nível baixo, ao contrário dos países CEPAL, em que esse mesmo nível é muito mais elevado, pelo fato de que a variável está medindo o mínimo, o ensino fundamental. Assim, percebe-se que escolarização da força de trabalho nos países OCDE é muito mais alta.

A variável corrupção diz respeito à percepção da corrupção por especialistas e empresários e é mensurada pelo Índice de Percepção de Corrupção [IPC], elaborado pelo *Transparency International* (2016). Dessa forma, os níveis perceptíveis de corrupção no setor público de um país é baseado em observações entre diferentes grupos de profissionais. O índice variou numa escala de 0 a 10, sendo 0 (zero) para países com percepção de corrupção muito alta e 10 (dez) para os países com percepção de níveis de corrupção muito baixa. No modelo foram inseridas variáveis de controle sobre burocracia de negociação dos países. Chamam-se procedimento, tempo, custo e capital mínimo integralizado. Os dados utilizados no modelo foram coletados do *Doing Business Database* (2016) e dizem respeito à abertura de sociedades pelos profissionais interessados em abrir um negócio.

A variável procedimento significa a quantidade de trâmites processuais que os donos do investimento precisam fazer com os órgãos do governo, profissionais ou cartórios para concretizar a abertura do negócio.

A variável tempo tem por base a duração média que órgãos de governo, profissionais e cartórios orientam ao dono da empresa concluir os trâmites processuais ligados ao registro do negócio. O crescimento econômico das nações pode ser impactado diretamente pelo tempo envolvido na burocracia de abertura de um empreendimento. De acordo com o país pode-se necessitar o dobro do tempo para realizar a burocracia de abertura da firma.

No modelo, a variável custo, inclui todas os gastos oficiais com base em serviços de profissionais e tributos exigidos pela burocracia para a concretização da abertura do negócio. A variável indica-se um percentual da renda *per capita* da economia do país, como forma de registrar seu valor.

A variável capital mínimo integralizado é o valor mínimo que o dono do negócio necessita despendar para depositar em uma instituição financeira ou cartório, a fim de integralizar o capital social da firma. Em geral, a legislação comercial de cada nação especifica sobre o valor desse depósito. Tal como a variável custos, o capital mínimo é um percentual da renda *per capita* da economia do país.

Com base na revisão da literatura apresentada, nos argumentos propostos e na identificação da problemática do envelhecimento populacional formularam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: O envelhecimento populacional tem efeito negativo sobre o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos e desenvolvidos.

Hipótese 2a: O envelhecimento populacional tem efeito negativo sobre o crescimento econômico dos países da OCDE.

Hipótese 2b: O envelhecimento populacional tem efeito negativo sobre o crescimento econômico nos países da CEPAL.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Nesta seção oferecem-se as médias das variáveis da amostra analisada, para compararmos os países pertencentes aos grupos de países OCDE e a CEPAL.

TABELA 2: ESTATÍSTICA DESCRITIVA COM AS MÉDIAS DAS VARIÁVEIS ANALISADAS DOS PAÍSES MEMBROS DA OCDE E CEPAL

Variáveis	OCDE		CEPAL		Diferença	P valor
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
cresc	2,21	2,64	4,02	3,09	1,81	0,000***
popid	14,29	4,04	8,09	3,89	-6,20	0,000***
corrup	20,41	25,67	11,29	15,51	-9,12	0,000***
f_seg	3,53	7,24	21,29	16,07	17,77	0,000***
proc	6,50	3,28	10,42	3,44	3,92	0,000***
tempo	21,05	21,96	43,76	27,80	22,71	0,000***
custo	7,23	7,48	33,85	24,91	26,62	0,000***
cap_min	20,38	25,27	12,12	23,79	-8,27	0,000***
esc_ft	23,81	14,99	36,05	15,18	12,24	0,000***
gini	34,64	8,43	48,79	6,79	14,16	0,000***
popid cepal	0,00	0,00	8,09	3,89	8,09	0,000***
popid ocde	14,29	4,04	0,00	0,00	14,29	0,000***

Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01

Fonte: Elaborado pela autora (2002 a 2014)

A Tabela 2 exibe a média, o desvio-padrão, a diferença das médias e o valor p das variáveis que afetam o crescimento econômico nos países pertencentes à OCDE e à CEPAL.

Com relação ao crescimento econômico dos países observa-se que nos países da CEPAL tem sido maior no período, como se percebe na estatística descritiva. Cardoso (2013) comenta que esse cenário tem provavelmente influência do *boom* de *commodities* na região, e com isso as nações desse bloco não têm sofrido ainda consequências negativas dos fatores institucionais citados anteriormente no Capítulo 3.

A variável *popid* se mostra em maior proporção nos países da OCDE, pois o crescimento econômico tem sentido o impacto de uma população economicamente ativa cada vez menor, em decorrência do aumento do número de indivíduos idosos no bloco. No bloco CEPAL, a população dos países é em geral mais jovem em média.

Com relação à variável falta de segurança, percebe-se pela Tabela 1 que, em média, a percepção da falta de segurança nos países-membros da OCDE é de 3,53%, e para os países pertencentes a CEPAL é de 21,29%. Esta diferença demonstra que provavelmente os países CEPAL apresentam menor nível de agregação de capital social, o que pode indicar um perfil comportamental dos sócios não condizentes com boa prática das culturas organizacionais, com tendência à prática de negócios obscuros e, conseqüentemente, maior taxa de criminalidade. Esse fator pode influenciar negativamente no crescimento econômico dos países citados (Reis, 2016).

A variável escolaridade tem maior porcentagem nos países CEPAL (36,05%) do que nos da OCDE (23,81%). Isso demonstra que a escolaridade nos países OCDE tende a ser melhor do que na CEPAL, pois essa variável indica somente o percentual de indivíduos que concluíram o ensino fundamental como o mais alto nível de educação. O índice maior na CEPAL significa que a escolarização nestes países é pior do que nos países da OCDE, pois a educação oferecida nos países da OCDE é de melhor qualidade, e assim, possibilitam aos indivíduos maior qualificação para o mercado de trabalho do que os do bloco CEPAL.

Com relação ao coeficiente de Gini percebe-se média maior de concentração de renda nos países do bloco da CEPAL, cerca de 48,79%, enquanto que no bloco da OCDE em torno de 34,64%. Uma maior concentração de renda indica que a riqueza não é distribuída homogeneamente no país, e há desigualdade de renda maior nos países CEPAL em relação aos da OCDE. Sugere-se falta de consenso no fato de que a desigualdade pode ser positiva ou negativa para o crescimento econômico (Reis, 2016).

As variáveis procedimento, custo, tempo e capital mínimo integralizado dizem respeito

à burocracia para se abrir um negócio. Ao se comparar pelas tabelas os dois blocos de países observam-se diferenças. No bloco CEPAL, procedimento (quantidade), custo, tempo (dias) e capital mínimo para se abrir um negócio são em média, 10,42; 33,85%, 43,76 dias e 12,12%, respectivamente. No bloco OCDE, os mesmos resultados são em média são 6,50; 7,23%; 21,05 dias e 20,38%, respectivamente. Percebe-se, assim, que em média os valores na CEPAL são maiores do que nos países OCDE. Assim, observa-se maior complexidade para se empreender nos países CEPAL, decorrente de excessiva burocratização que compromete os negócios e o desempenho das instituições nessas nações.

Em relação à variável corrupção, nos países dos dois blocos foi medido o índice de percepção do nível de corrupção. Em média, nos países pertencentes a CEPAL (11,29) a percepção é menor do que nos países pertencentes à OCDE (20,41). A burocracia em demasia criada pelas instituições oficiais, prejudica os negócios e contribui para uma pior percepção nos países CEPAL, diferentemente dos países OCDE. O ambiente sócio-político não consegue ser atrativo, eficaz e eficiente, e se traduz em menor crescimento econômico, afeta a economia, com ameaça aos investimentos e redução da produtividade (Reis, 2016).

4.2 Resultados

Encontraram-se os resultados da pesquisa pela análise de regressões lineares múltiplas. Considerou-se a variável independente *popid* em um modelo (A) e nos outros dois modelos (B) e (C), *popid* associada às variáveis binárias (*dummy*) OCDE e à *dummy* CEPAL, respectivamente.

Percebe-se que os países da OCDE estão com crescimento econômico impactado negativamente, pois o envelhecimento populacional é uma realidade nesses países, enquanto que no bloco de países da CEPAL essa conjuntura ainda não se concretizou, seja porque as nações ainda têm bônus demográfico a usufruir, seja porque também há o resultado positivo das *commodities* (Cardoso, 2013).

No entanto, não foi possível obter a totalidade das informações sobre as variáveis de controle durante o período analisado, com perda de algumas observações. Então, a fim de dirimir essa questão, foi utilizado o mesmo modelo com mais de uma especificação a fim de conseguir maior número de observações e permitir maior robustez aos resultados.

Com isso, os modelos empregados neste estudo possibilitaram averiguar o efeito do envelhecimento populacional no crescimento econômico nos países-membros da OCDE e da CEPAL, com observação das características internas de cada país analisado.

A seguir, nas Tabelas 3 e 4, os painéis mostram os resultados do efeito do envelhecimento populacional sobre o crescimento econômico dos países pertencentes à OCDE e à CEPAL e sua relação com todas as variáveis de controle (segurança pública, coeficiente de Gini, escolaridade da força de trabalho, corrupção, e as variáveis *doing business*: procedimento, tempo, custo e capital mínimo integralizado).

Constata-se que as médias das variáveis corrupção, falta de segurança, escolaridade da força de trabalho, corrupção e burocracia para se abrir um negócio não são determinantes para influenciar o crescimento negativo nos países pertencentes à OCDE. Exceções às variáveis tempo, que se mostra significativa em dois painéis (A e B) do modelo de regressão, e a variável capital mínimo integralizado, com significância no painel B, a influência ocorre pelo envelhecimento populacional (*popid*), conjunta em ambos blocos de países (painel A), e, associada à variável binária (*dummy*) OCDE (painel B), o que não ocorre quando submetida à *dummy* CEPAL (painel C).

TABELA 3: RESULTADO DA ESTIMATIVA DO MODELO DE REGRESSÃO HIPÓTESE 1Esta tabela apresenta resultados acerca da estimação do modelo: $cresc = \beta_0 + \beta_1 \text{popid} + \text{Controles} + \varepsilon$ **PAINEL A – Resultados dos efeitos do modelo conjunto com as variáveis de controle dos países pertencentes à CEPAL e OCDE.**

VARIÁVEIS	Coefficiente	P Valor
Popid	-1,1871	0,007***
Corrupção	-0,0014	0,901
Seg Púb	0,01303	0,949
Esc FT	0,01804	0,691
Gini	-0,05301	0,697
Proc	-0,08786	0,669
Tempo	0,04912	0,015**
Custo	0,02632	0,687
Cap Mín Int	0,01577	0,170
Constante	20,10	0,017**
Nº OBS	236	
R ²	0,4062	

Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01

Fonte: Elaborado pela autora (2002 a 2014)

TABELA 4: RESULTADO DA ESTIMATIVA DO MODELO DE REGRESSÃO HIPÓTESES 2a e 2bEsta tabela apresenta resultados acerca da estimação dos modelos: Modelo 2a: $cresc = \beta_0 + \beta_1 \text{popid}_{ocde} + \text{Controles} + \varepsilon$ e Modelo 2b: $cresc = \beta_0 + \beta_1 \text{popid}_{cepal} + \text{Controles} + \varepsilon$ **PAINEL B – Resultados dos efeitos do modelo com as variáveis de controle dos países pertencentes à OCDE.**

VARIÁVEIS	Coefficiente	P Valor
Popid_Ocde	-1,1302	0,020**
Corrupção	0,00003	0,998
Seg Púb	-0,0608	0,830
Esc FT	0,01712	0,832
Gini	-0,00024	0,999
Proc	-0,0831	0,697
Tempo	0,0403	0,024**
Custo	0,0887	0,235
Cap Mín Int	0,0234	0,091*
Constante	17,51	0,075*
Nº OBS	213	
R ²	0,4785	

Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01

Fonte: Elaborado pela autora (2002 a 2014)

PAINEL C – Resultados dos efeitos do modelo com as variáveis de controle dos países pertencentes à CEPAL.

VARIÁVEIS	Coefficiente	P Valor
Popid_Cepal	2,6236	0,567
Corrupção	-0,0468	0,697
Seg Púb	-0,0346	0,367
Esc FT	-0,0486	0,511
Gini	-0,0560	0,896
Proc	-1,4611	0,486
Tempo	0,0854	0,351
Custo	0,0881	0,808
Cap Mín Int	0,0202	0,501
Constante	-4,59	0,932
Nº OBS	23	
R ²	0,2669	

Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01

4.2.1 Efeito do envelhecimento populacional conjunto nos países da OCDE e CEPAL

Na Tabela 3, no cenário somente com *popid*, os resultados verificados indicam R^2 igual a 0,4062, para os países da OCDE e da CEPAL. Significa que apenas 40,62% do crescimento real do PIB pode ser explicada pelas variáveis presentes no modelo. Neste estudo conjunto para todos os países do painel, o envelhecimento populacional está relacionado de forma negativa e significativa ao nível de 1% com o crescimento econômico dos países analisados. Possivelmente, há mais influência dos países da OCDE, pois a população idosa destes é maior. Nos países da CEPAL, ocorre ainda aproveitamento do bônus demográfico, pois a população em média é bem mais jovem, como se percebe na estatística descritiva. Com isso, percebe-se que a literatura atenta ao fato de que o envelhecimento dos indivíduos prejudica o crescimento econômico, mas ainda não se consegue observar esse movimento nos países em desenvolvimento, pois eles possuem populações mais novas, que provavelmente experimentarão duas décadas de expansão demográfica, até que comecem a sentir o envelhecimento de suas pirâmides etárias (Nagarajan *et al.*, 2016). Esses efeitos podem vir a explicar a variação no crescimento dos países desenvolvidos em relação aos em desenvolvimento, pois o percentual de envelhecimento da população é maior nos países pertencentes à OCDE (Nagarajan *et al.*, 2016).

4.2.2 Efeito do envelhecimento populacional nos países pertencentes à OCDE

No Painel B da Tabela 4, o resultado da regressão para os países pertencentes à OCDE traz o valor de R^2 com cerca de 0,4785, isto é, 47,85% dos valores observados consegue explicar o modelo de maneira sólida. Os resultados neste painel indicam que há relação negativa e significativa ao nível de 5%, do envelhecimento populacional com o crescimento econômico nos países da OCDE, como salienta a literatura que tem estudado o fenômeno do envelhecimento nas sociedades mais desenvolvidas (Nagarajan *et al.*, 2016).

4.2.3 Efeito do envelhecimento populacional nos países pertencentes à CEPAL

A Tabela 4 – Painel C mostra o resultado da regressão para os países pertencentes à CEPAL. O valor do R^2 é 0,2669, ou seja, 26,69% dos valores observados explica o modelo. Ressalte-se que no teste com variável binária (*dummy*) *popid* cepal não se observa significância estatística, nem negativa do envelhecimento populacional no crescimento econômico dos países CEPAL, o que pode ser explicado pelo fato de os países do bloco ainda estarem com algum bônus demográfico por explorar. Há relação significativa e negativa entre crescimento econômico e envelhecimento dos indivíduos nas nações, mas o mundo carece de estudos sobre a temática nos países em desenvolvimento, neste trabalho representados pelo bloco CEPAL, que ainda não passaram por pesquisas sólidas sobre o assunto (Camarano, 2014, Nagarajan *et al.*, 2016).

O Brasil está incluído neste resultado, pertence à CEPAL, país em desenvolvimento e relativamente jovem, mas com despesas públicas de país com população mais idosa e desenvolvido. Tafner (2017) enfatiza que é necessário que as regras previdenciárias brasileiras sejam ajustadas ao padrão demográfico do país e às predominantes nos vizinhos latino-americanos, a fim que a despesa previdenciária, que é expressiva parte da despesa primária brasileira, altere sua trajetória no médio e longo prazos, e com isso diminua o impacto negativo no crescimento do PIB do país. No quadro abaixo encontram-se os resultados sumarizados:

HIPÓTESES
RESULTADOS
Hipótese 1 – O envelhecimento populacional tem efeito negativo no crescimento econômico em todos os países do painel. - Com efeito
Hipótese 2a – O envelhecimento populacional tem efeito negativo no crescimento econômico nos países da OCDE. - Com efeito
Hipótese 2b – O envelhecimento populacional tem efeito negativo no crescimento econômico nos países da CEPAL. - Sem efeito

Quadro 1: Resultados

Fonte: Elaborado pela autora (2002 a 2014)

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se interpretar a relação entre envelhecimento dos indivíduos, sua relação com o crescimento econômico e como isso afeta o desenvolvimento das nações, em atenção à força de trabalho e à produtividade dos países estudados. Estudos anteriores ainda não conseguiram compreender em sua totalidade como o fenômeno do envelhecimento atinge as populações, como foi evidenciado nessa pesquisa.

Os resultados dos modelos mostraram que em um cenário de envelhecimento populacional mundial, sem distinguir a qual bloco determinada nação estaria relacionada, o efeito é negativo e significativo sobre o crescimento da economia. Ao ser feita distinção entre os blocos de países, subdesenvolvidos e desenvolvidos, a variável envelhecimento populacional evidenciou no bloco OCDE efeito negativo e significativo do envelhecimento e sua influência sobre o crescimento do PIB. Em relação ao bloco CEPAL, ainda não se verificou efeito negativo no crescimento econômico nesses países. Assim, pode-se concluir que o envelhecimento populacional é aspecto relevante a ser tratado pela finanças públicas dos países, dado que pelos estudos apresentados o crescimento econômico sofre impacto com a diminuição da força de trabalho ano a ano.

O período estudado, 2002 a 2014, foi um limitador da pesquisa, pois é necessário mais tempo para se identificar mudanças na pirâmide populacional. A fim de aprofundar trabalhos sobre o impacto do envelhecimento no crescimento do PIB real, seria interessante estudar o comportamento dos gastos nas contas públicas como previdência, saúde e as crises econômicas, fatores muito importantes na relação crescimento versus envelhecimento. Assim, em vista da limitação encontrada neste estudo, para futuras pesquisas será interessante a realização de estudos que contemplem mais países em desenvolvimento e de outros continentes, num maior período de tempo, a fim de se verificar se os futuros resultados terão modificação significativa ou se parecerão aos encontrados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Alves, José Eustáquio Diniz (2016). *O bônus demográfico e envelhecimento no Brasil*. Recuperado em 21 fevereiro, 2019, de <https://www.ecodebate.com.br/2016/08/03/bonus-demografico-e-envelhecimento-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>.
- Barro, Robert J. (1996). Determinants of economic growth: a cross-country empirical study [Working Paper N° 5698]. *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, MA.
- Berk, Jillian, & Weil, David N. (2015). Old Teachers, old Ideas, and the effect of population aging on economic growth. *American Economic Review: Papers & Proceedings*, 69(4), 661-670. Retrieved Dec 08, 2018 from <https://doi.org/10.1016/j.rie.2015.07.02>.
- Bloom, David E., & Finlay, Jocelyn E. (2009). Demographic Change and Economic Growth in Asia. *Asian Economic Policy Review* 4, 45–64. Retrieved Dec 08, 2018 from <https://doi:10.1111/j.1748-3131.2009.01106.x>.
- Camarano, Ana Amélia. (2013). *Estatuto do Idoso: avanços com contradições*. Texto para discussão - Rio de Janeiro: IPEA.

- Camarano, Ana Amélia. (2014) (org.). *Novo Regime Demográfico: Uma Nova Relação entre População e Desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA.
- Cardoso, R. (2013). Política econômica, reformas institucionais e crescimento: a experiência brasileira (1945-2010). In: Veloso, F. et al. *Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2018). *Anuario Estadístico*, 2014. Recuperado em 27 maio, 2018 de <https://www.cepal.org/es/publicaciones/37647-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2014-statistical-yearbook-latin>.
- Costanzi, Rogério Nagamine & Ansiliero, Graziela (2017). *Impacto fiscal da demografia na Previdência Social*. Texto para discussão - Rio de Janeiro: IPEA.
- Fernald, John G., & Jones, Charles I. (2014). The Future of US Economic Growth. *American Economic Review: Papers & Proceedings*, 104(5): 44–49. Retrieved Dec 08, 2018 from <http://dx.doi.org/10.1257/aer.104.5.44>
- Giambiagi, Fábio (2017). *Retomada Do Crescimento - Diagnóstico e Propostas*. In Fábio Giambiagi & Mansueto Facundo de Almeida Jr (Orgs.). O pano de fundo: o contexto demográfico (pp. 3-14). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Jones, Charles I. (2002, March). Sources of U.S. Economic Growth in a World of Ideas. *The American Economic Review*.
- Maestas, Nicole, Mullen, Kathleen J., & Powell, David (2016). The effect of population aging on economic growth, the labor force and productivity [Working Paper N°. 22452]. *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, MA.
- Mankiw, N. Gregory. (2009). *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning.
- Marinho, Alexandre, Cardoso, Simone de Souza, & Almeida, Vivian Vicente (2014). *Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* In Ana Amélia Camarano (Org.). Envelhecimento populacional e gastos com saúde no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 511 – 537.
- Moedas, Carlos. (2014). *Despesa Pública*. Disponível em <http://euroogle.com/dicionario.asp?definicao=1509>. Acesso em 23/10/2018.
- Nagarajan, N. Renuga, Teixeira, Aurora A. C., & Silva, Sandra. (2013). The impact of an ageing population on economic growth: an exploratory review of the main mechanisms. [Working Paper N° 504]. *FEP Working Papers*, Porto, PT.
- Oliveira, Martha, Veras, Renato, & Cordeiro, Hésio. (2017). A Saúde Suplementar e o envelhecimento após 19 anos de regulação: onde estamos? *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 20(5), 625-634.
- Organização das Nações Unidas. (2018). *Rápido envelhecimento da população levará Brasil a sofrer pressões fiscais a partir de 2040, diz ONU*. Recuperado em 17 abril, 2018 de <https://nacoesunidas.org/rapido-envelhecimento-da-populacao-levara-brasil-a-sofrer-pressoes-fiscais-a-partir-de-2040-diz-onu>.
- Organização Mundial de Saúde. (2015). *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. Recuperado em 24 julho, 2018 de <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>
- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. (2018). *Elderly population, 2014*. Recuperado em 27 maio, 2018 de <http://data.oecd.org/pop/elderly-population.htm>.
- Reis, Anderson Buzar Gedeon. (2016). *O Efeito dos Gastos Públicos Sociais no Crescimento Econômico: uma análise comparativa entre os países membros da CEPAL e OCDE*. Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, ES, Brasil. Disponível: http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Anderson%20Gedeon%20Buzar%20Reis%20.pdf.
- Samuelson, Paul A. & Nordhaus, William D. (2005). *Microeconomia*. São Paulo: McGraw-

Hill.

- Solow, R. M. (1956). A Contribution to the Theory of Economic Growth, *Quarterly Journal of Economics*, 70, 65-94.
- Tafner, Paulo, & Giambiagi, Fábio. (2010). *Demografia - a Ameaça Invisível*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- Tafner, Paulo, Botelho, Carolina, & Erbisti, Rafael. (2015) (Orgs.). *Reforma da previdência – A visita da velha senhora*. Brasília: Gestão Pública.
- Tafner, Paulo. (2017). *Retomada Do Crescimento - Diagnóstico e Propostas*. In Fábio Giambiagi & Mansueto Facundo de Almeida Jr (Orgs.). *A Reforma da Previdência: a hora chegou* (pp. 43-66). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Transparency International. (2016). *Corruption perception index*. Retrieved May 7, 2016 from www.transparency.de/documents/cpi/index.html.
- World Bank Group. (2016). *Doing business database*. Retrieved May 8, 2016 from www.doingbusiness.org/methodology/starting-a-business.
- World Bank Group. (2016). *World Development Indicators – WDI*. Retrieved May 7, 2016 from data.worldbank.org.
- World Bank Group. (2017). *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Grupo Banco Mundial, Brasília, 69 - 84.
- Vergara, Sylvia Constant. (2000). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.